

O LUGAR DA PRAGMÁTICA NA TEORIA DA LINGUAGEM

MARCELO DASCAL

Universidade Estadual de Campinas

Tel-Aviv University

Abstract:

The author discusses the inclusion of a pragmatic component in the theory of language. The nature of pragmatics and its relation to semiotics are considered, followed by an analysis of triadic relations in the signs and the influence of context in the evaluation of utterances (relationship between semantics and pragmatics). The position of pragmatics in relation to the langue/parole and competence/performance dichotomies is considered, and recent attempts towards the definition of the scope of pragmatics are analyzed in detail.

Résumé:

L'auteur analyse l'inclusion d'une composante pragmatique dans la théorie du langage, en traitant d'abord la nature de la pragmatique et ses relations avec la sémiologie, aussi bien que les relations triadiques dans le signe et l'influence du contexte d'énonciation dans l'évaluation des énoncés (relation entre sémantique et pragmatique). La position de la pragmatique vis-à-vis des dichotomies langue/parole et compétence/performance est considérée, suivie d'une analyse détaillée de quelques tentatives récentes de définition du domaine de la pragmatique.

Enquanto que praticamente ninguém levantaria, hoje em dia, objeções à inclusão da fonologia, da sintaxe e da semântica no campo da linguística (embora certamente houvesse divergências quanto ao conteúdo dessas disciplinas) tal unanimidade está longe de ser garantida no caso da pragmática. Por isso, uma das preocupações fundamentais dos "pragmaticistas" (1) é a de justificar a inclusão de um componente pragmático na teoria da linguagem. Neste trabalho, procuraremos elucidar o quadro geral no qual se insere o problema de tal justificação, dentro do qual situaremos algumas das tentativas feitas para fornecê-la.

Sem dúvida, o melhor meio de mostrar a necessidade da inclusão de um componente pragmático na teoria da linguagem é mostrar os tipos de fenômenos linguísticos que ficariam excluídos de uma teoria da lin-

guagem que teimasse em não conter um componente pragmático. Não basta, porém, oferecer uma mera lista de tais fenômenos. Porque, tendo sido durante muito tempo encarada como “a lata de lixo da lingüística” — para empregar a expressão de Bar-Hillel (1971) — a pragmática, apesar de ser hoje séria e intensamente investigada, ainda parece mais um amontoado heterogêneo de dados, problemas e pontos de vista do que um domínio teórico bem definido. Por isso, é preciso discutir a questão geral da natureza da pragmática, de seu objeto e de seus métodos, assim como remontar às suas origens. Assim fazendo, esperamos oferecer ao leitor pelos menos um roteiro que lhe permita orientar-se em meio ao material variado e à primeira vista desconexo que constitui a “pragmática” contemporânea (2).

A concepção moderna de uma disciplina com o nome de “pragmática” está intimamente ligada à idéia de uma outra disciplina, com o nome de “semiótica” ou “semiologia”, que surgiu por volta do início deste século. A semiótica ou semiologia tem, como se sabe, uma dupla origem: os escritos de Charles Sanders Peirce e de Ferdinand de Saussure. De um modo geral, ela pode ser caracterizada, segundo ambos, como a teoria geral dos sinais. A ela ficam naturalmente subordinadas todas as disciplinas que se ocupam de um tipo particular de sinais, como é o caso da lingüística. E a essa dupla origem da semiótica e a influência desigual que exerceram as concepções de seus fundadores sobre o desenvolvimento da lingüística contemporânea que, como veremos, remonta, pelo menos em parte, o problema da inclusão de um componente pragmático na teoria lingüística.

Segundo Peirce, a semiótica é o estudo das propriedades essenciais e dos tipos fundamentais de “semiosis”; sendo que “semiosis” é qualquer processo em que alguma coisa funciona como sinal para alguém. Como esta descrição sumária já mostra, há fundamentalmente três coisas envolvidas em qualquer semiosis: o próprio sinal, aquilo que ele designa, e a pessoa para quem ele funciona como sinal. A relação semiótica básica, portanto, é uma relação *triádica* entre um sinal, uma designação e um interprete. E uma teoria semiótica completa deve dar conta dessa relação triádica em toda a sua generalidade e variações possíveis. Uma teoria lingüística, enquanto teoria semiótica especial, também deve, portanto, descrever e explicar as propriedades da relação triádica que envolve os sinais lingüísticos, suas designações e seus interpretes. Peirce já havia sugerido, e seu discípulo Morris explicitou, a idéia de que seria possível — e mesmo recomendável, metodologicamente — subdividir o estudo da relação triádica básica em três sub-disciplinas: a sintaxe, ou estudo das relações entre os próprios sinais, a semântica, ou estudo das relações entre

sinais e suas designações, e a pragmática ou estudo das relações entre sinais e aqueles que os utilizam (seus interpretes). Rudolf Carnap reformulou essa ideia da seguinte maneira:

“se em uma investigação é feita referência explícita ao locutor, ou, em termos mais gerais, aos utilizadores da língua, então tal investigação pertence ao campo da *pragmática* (se neste caso é feita referência também aos significados ou não, não faz nenhuma diferença para esta classificação). Se fazemos abstração do utilizador da língua e analisamos somente as expressões e seus significados, estamos no campo da *semântica*. E se, finalmente, fazemos abstração também dos significados e analisamos apenas as relações entre as expressões, estamos no campo da *sintaxe* (lógica)” (Carnap, 1942, pg. 9).

Vejamos como se aplicariam as definições propostas por Carnap a um exemplo linguístico (passando desde já a tratar apenas do ramo da semiótica que nos concerne diretamente aqui, a linguística). Consideremos o seguinte diálogo:

A: Joao e careca.

B: Porque voce nao me avisou antes?

Se dissermos que esta sequência de sons se divide em duas sub-sequências, cada uma das quais é uma sentença do português, que a primeira é indicativa e a segunda, interrogativa, e que a primeira é o resultado da concatenação de uma expressão da categoria dos nomes com uma expressão da categoria das frases predicativas, estaremos apontando para aspectos *sintáticos* do diálogo em questão (3). Se dissermos que “Joao” designa um indivíduo determinado, que “é careca” designa uma propriedade determinada, que a primeira sentença em sua totalidade designa a proposição que consiste na atribuição dessa propriedade aquele indivíduo, e que essa proposição é verdadeira se e somente se Joao é careca, estaremos descrevendo alguns aspectos *semânticos* do fenômeno em estudo. Se dissermos que ao enunciar a sentença “Joao é careca”, o locutor A quis fazer com que B soubesse que A acredita que Joao é careca, se afirmarmos que o enunciado de B é uma resposta aparentemente inapropriada para o de A (4), e que, na segunda sentença, a palavra “voce” se refere a um interlocutor determinado (A) e a palavra “me”, a um locutor determinado (B), por ter sido a sentença enunciada por B e dirigida a A, estaremos focalizando nossa atenção em aspectos *pragmáticos* do mesmo diálogo.

É importante notar que cada uma das três disciplinas acima definidas se ocupará de *aspectos* distintos dos mesmos fatos semióticos e não pro-

priamente de *fatos* distintos. O fenomeno semiótico básico, a *semiosis* individual, sempre envolve a relação triádica entre sinais, designações e utilizadores. E só através de um esforço teórico de *abstração* que podem ser isolados para a investigação certos aspectos desse fenomeno complexo. Em última análise, portanto, e pela sua fecundidade teórica e por outros critérios de natureza essencialmente metodológica que a tripartição proposta por Carnap (ou qualquer outra) deveria ser avaliada. Em particular, a utilidade de tal tripartição dependeria essencialmente da viabilidade de se tratar de cada um dos três aspectos por ela distinguidos nos fatos linguísticos de forma independente dos demais. Isto é, sua utilidade dependeria do grau de autonomia mútua de que efetivamente possam gozar a sintaxe, a semântica e a pragmática. As questões que se colocam, a este respeito, são portanto do tipo: “é realmente possível oferecer um tratamento satisfatório dos aspectos semânticos de um fenomeno linguístico sem mencionar ao mesmo tempo seus aspectos pragmáticos?”; “É possível oferecer um tratamento satisfatório dos aspectos sintáticos de um fenomeno linguístico, fazendo abstração de seus aspectos semânticos?”; etc. “Satisfatório”, no primeiro caso, seria um tratamento que, embora obtido dessa forma (isto é, com a omissão dos aspectos pragmáticos), não se tomasse por isso gravemente deficiente (incompleto, mutilado, obscuro, demasiado complicado, super-simplificado, etc.), *enquanto tratamento dos aspectos puramente semânticos* do fenomeno estudado. Na medida em que a resposta a perguntas desse tipo fosse negativa para um grande número de casos, ficaria seriamente questionada a autonomia da semântica relativamente à pragmática, da sintaxe relativamente à semântica, etc., e a utilidade da tricotomia carnapiana se revelaria assim bastante duvidosa.

É preciso notar, porém, que o “fazer abstração”, na definição carnapiana, é unidirecional: para que uma investigação seja sintática, ela deve fazer abstração dos aspectos semânticos e pragmáticos; para que uma investigação seja semântica, ela deve fazer abstração dos aspectos pragmáticos; mas para que uma investigação seja pragmática basta que ela mencione explicitamente os utilizadores da linguagem; e Carnap faz questão de salientar que é indiferente para sua classificação se ela menciona ou não aspectos semânticos. Ou seja, enquanto que a sintaxe deve ser autônoma (no sentido especificado acima) relativamente à semântica e à pragmática, e a semântica deve ser autônoma relativamente à pragmática, para esta última renuncia-se de antemão a qualquer pretensão de autonomia. A questão de autonomia da pragmática, no quadro teórico delineado por Carnap é, portanto, destituída de qualquer interesse. Esta assimetria da posição da pragmática, se comparada à da semântica e à sintaxe, tem con-

seqüências decisivas para o desenvolvimento do debate em torno da necessidade de se incluir um componente pragmático na teoria da linguagem.

A consequência mais importante é que muitos defensores da pragmática, que implícita ou explicitamente se colocam dentro do quadro carnapiana, conceberão sua defesa como sendo essencialmente um ataque à semântica. Sua estratégia consistirá em demonstrar a necessidade da pragmática através da demonstração da não-autonomia da semântica em relação a ela. Tal é o caso, por exemplo, do texto de Benveniste (1956) sobre a natureza dos pronomes. Basicamente, o que Benveniste mostra é que não é possível explicar satisfatoriamente a referência e o sistema de oposições significativas dos chamados pronomes pessoais sem levar em conta locutores, interlocutores e ocorrência de discurso em que tais pronomes são inseridos. Entretanto, referência e sistema de oposições significativas são, tipicamente, propriedades semânticas. Portanto, o que Benveniste mostra é que, no caso dos pronomes pessoais, a semântica não pode ignorar os aspectos pragmáticos, sob pena de se tornar radicalmente inadequada, isto é, que ela não é autônoma face à pragmática.

De forma mais geral e explícita, Bar-Hillel (1954) segue a mesma estratégia. Segundo Bar-Hillel, o abstrair do contexto de enunciação de uma sentença, que é o passo que leva da pragmática (descritiva) à semântica (descritiva), só é legítimo quando o contexto de enunciação é irrelevante. Mas irrelevante para quê? Para a determinação da referência ou do valor de verdade da sentença em questão, isto é, de suas características semânticas fundamentais. Ora, prossegue Bar-Hillel, há um grande número de sentenças — todas aquelas que contêm deícticos ou “expressões indiciais” — cuja referência e valor de verdade variam com o contexto de enunciação (por exemplo, a sentença “Eu estou com fome.”) Para todas essas sentenças, portanto, a referida passagem, fazendo-se abstração do contexto, da pragmática à semântica é ilegítima. Só se pode fazer a análise semântica dessas sentenças em conjunto com a análise (pragmática) dos seus contextos de enunciação. Fica assim demonstrada, para esses casos, a não-autonomia da semântica e, *ipso facto* (pelo menos assim o crê Bar-Hillel), a necessidade da pragmática.

Tais argumentos, porém, como não provam (nem se destinam a provar) a possibilidade de se constituir uma teoria pragmática autônoma face à semântica, são, na verdade, facas de dois gumes. Uma vez que mostram a necessidade de se levar em conta aspectos do contexto de enunciação para dar conta de certas propriedades semânticas dos enunciados, sugerem naturalmente como solução, a ampliação do quadro teórico da própria semântica de forma a permitir o tratamento daqueles aspectos do contexto como sendo fatores equiparáveis aos sinais lingüísticos pro-

priamente ditos, enquanto determinantes das designações. Uma semântica assim ampliada investigaria, não mais as relações entre sentenças e, digamos, suas referências, mas sim as relações entre pares ordenados (contexto, sentença de enunciação) e suas referências. Uma sugestão desse tipo foi proposta por Davidson (1967), justamente para fazer face aos casos de dependência contextual apontados por Bar-Hillel. Os diversos aspectos do contexto poderiam também ser explicitados, dentro do mesmo programa de ampliação da semântica, de modo a substituir o par ordenado acima mencionado, por uma n-tupla ordenada do tipo (locutor, interlocutor, instante da enunciação, local da enunciação, ..., sentença). Propostas nesse sentido foram feitas por Richard Montague e vem sendo intensamente desenvolvidas por seus discípulos (5). Mas tais soluções implicam, em última análise, na absorção pela semântica de pelo menos uma parte — talvez a mais importante — das atribuições que teria a pragmática: a saber, a investigação e descrição teórica dos fatores contextuais que contribuem para a interpretação dos enunciados. E verdade que, nominalmente, tal “semântica ampliada” teria que ser chamada de “pragmática”, segundo a definição proposta por Carnap, uma vez que nela se faz menção explícita dos utilizadores da linguagem. Qualquer que seja seu nome, porém, o fato é que o resultado global da estratégia utilizada por Benveniste, Bar-Hillel e muitos outros para defender a pragmática é uma dissolução da fronteira entre esta e a semântica, resultando na constituição de um campo imenso e indiferenciado que poderíamos chamar de pragmático-semântica, o que equivale, em última análise, à destruição da tricotomia carnapiana.

Resta saber se a sintaxe e a pragmático-semântica, em que assim se rearticula o campo da teoria da linguagem (6) são efetivamente capazes de cobrir, de forma teoricamente fecunda e eficiente, a totalidade desse campo. Isto é, resta saber se não ficam ainda sobrando aspectos dos fenômenos lingüísticos cujo tratamento adequado exige referência essencial ao contexto de enunciação, e que não podem ser, de forma natural, incorporados à “semântica ampliada” ou à “pragmático-semântica”, aspectos que justificariam a constituição de uma pragmática realmente autônoma. Se tomarmos novamente ao pé da letra a definição carnapiana, obteremos uma resposta positiva, mas insatisfatória. Uma investigação psicolingüística (p. ex., estudo comparativo da aquisição da sintaxe das orações relativas em um casal de gêmeos) ou uma investigação sociolingüística (p. ex., estudo das variações da sintaxe das orações relativas em diferentes grupos sociais) fazem referência explícita aos utilizadores de uma língua, individualmente ou em grupo. Tais investigações, portanto, seriam parte da “pragmática”, tal qual definida por Carnap. Mas certa-

mente esta fidelidade à letra da definição violaria seu espírito. Carnap, mais do que qualquer outro, era contrario ao psicologismo e ao sociologismo em teoria do conhecimento, em lógica e certamente também em semiótica e em linguística. Ele, assim como lingüistas oriundos de uma tradição inteiramente distinta, certamente rejeitariam a confusão da *lingüística* propriamente dita com disciplinas afins, sem dúvida a ela vinculadas estreitamente, mas não na qualidade de suas partes ou componentes. Além disso, há um sentido perfeitamente trivial em que qualquer fenômeno (digamos, relativo ao homem) pode ser estudado de um ponto de vista psicológico, sociológico, antropológico, econômico, político, etc. Em particular, fenômenos lingüísticos podem ser estudados sob qualquer um desses pontos de vista. Isto não torna porém tais estudos parte da ciência da linguagem ou linguística. Se as investigações psicolingüísticas e sociolingüísticas mencionadas fossem efetivamente exemplos paradigmáticos do que é uma investigação pragmática, ver-nos-íamos obrigados, portanto, a renunciar a ideia de encarar a pragmática como um componente da teoria da linguística *strictu sensu*.

Enquanto que, ao discutir a questão das relações entre semântica e pragmática estávamos, por assim dizer, tratando de um problema de fronteiras “internas” a linguística, vemo-nos agora subitamente diante do problema da demarcação das fronteiras externas da própria linguística, ou seja, de suas relações com disciplinas vizinhas. Isto nos obriga a introduzir na discussão pelo menos um dos elementos constitutivos da outra tradição geradora da semiótica e sobretudo da linguística contemporâneas, a tradição saussureana. Referimo-nos à famosa distinção entre *langue* e *parole* proposta por Saussure e retomada, embora com algumas modificações, por Chomsky e seus seguidores, sob a forma da distinção entre *competence* e *performance*. Baseada nessa distinção, a linguística contemporânea define-se como o estudo da *langue* ou da *competência* (linguística), relegando o estudo da *parole* ou da *performance* às ciências vizinhas (como a psicolingüística, por exemplo). Em particular, pertenceriam ao domínio da *performance* e, portanto, não caberia à linguística estudá-las, todas as variações ou condições individuais que se manifestam num fato lingüístico (tudo aquilo que, no conjunto dos fatos da linguagem, não pertence ao domínio do “social”, mas sim ao do “individual”, diria Saussure), assim como todas as limitações que fazem com que um locutor real não siga estritamente a gramática de sua língua, como fazem os locutores “ideais”. Ora, a tentação de incluir a influência do contexto de enunciação nessa lista de “variações individuais” ou “limitações que causam o desvio da aplicação estrita das regras gramaticais”, é muito grande. E daí a considerar a pragmática como pertencente à teoria da perfor-

mance e, portanto, não a *lingüística strictu sensu*, e apenas um passo. E um passo que foi dado por muitos. (7)

Nesta perspectiva, isto é, aceitando a ideia de que o objeto próprio da ciência da linguagem é o estudo da competência *lingüística* (ideia que nos parece bastante fecunda, apesar da relativa obscuridade do conceito de competência), defender a inclusão de um componente pragmático na teoria *lingüística* e rejeitar o passo acima mencionado. Ou seja, é afirmar – e justificar – que uma parte *específica* da competência *lingüística* consiste precisamente na capacidade que tem todo utilizador de uma língua de explorar de forma *sistemática* os diversos elementos que constituem um contexto de enunciação. Robin Campbell e Roger Wales (1970) procuram fazer exatamente o que vem de ser dito: mostrar que há toda uma dimensão especial da competência (e não da performance), que denominam de “competência comunicativa”, a habilidade de produzir enunciados apropriados ao contexto no qual são produzidos, que tem sido sistematicamente deixada de lado pela maioria dos *lingüistas*, sob pretexto de ser, na melhor das hipóteses, uma competência não-*lingüística*, e na pior, de pertencer simplesmente ao domínio da performance (8).

Não podemos aqui entrar no mérito dos argumentos apresentados a favor e contra a existência dessa competência “pragmática”. Apenas quisemos deixar claro de que forma o problema da necessidade de se incluir um componente pragmático na teoria *lingüística* está vinculado ao problema da definição do objeto da *lingüística*, da demarcação de suas fronteiras “externas”. Combinando isto com o que foi visto a respeito dos problemas das fronteiras “internas”, podemos agora perceber exatamente a posição problemática da pragmática, encalacrada entre os imperialismos expansionistas da semântica, por um lado, e da teoria da performance por outro. Uma vez compreendida esta situação, podemos agora examinar brevemente algumas tentativas de fazer-lhe face e alguns exemplos do que poderia vir a pertencer ao campo temático de uma pragmática autônoma.

Stalnaker (1972), entre outros, procura defender o direito à existência da pragmática levando em conta a complexidade da situação acima descrita. Para ele, trata-se, por um lado, de demonstrar a inadequação de um tratamento puramente semântico de certos fenômenos *lingüísticos*, ao mesmo tempo em que se insiste sobre o fato de que tais fenômenos não podem ser relegados simplesmente ao plano da performance. Note-se que ele adota o ponto de vista formal, isto é, a exigência de que a pragmática não seja menos rigorosa e explícita, em sua teorização, que a sintaxe e a semântica. Os exemplos utilizados por ele, assim como seus comentários teóricos, falam por si mesmos e não precisam (nem poderiam) ser

aqui expostos em detalhe. Limitar-nos-emos apenas a esclarecer alguns pontos essenciais em sua argumentação, que emprega conceitos pouco familiares para quem não conhece semântica formal.

Admitindo que a possibilidade de determinação do valor de verdade de um enunciado seja a propriedade semântica *par excellence*, Stalnaker procura demonstrar, contra a opinião de Montague, entre outros, que há interesse em separar a contribuição do contexto de enunciação e do “mundo possível” para a determinação desse valor de verdade. Note-se que, caso isso seja correto, a pragmática — que se ocupará dos determinantes contextuais do valor de verdade — será ainda subordinada à semântica (já que “valor de verdade” é uma noção semântica), mas poderá pelo menos ser identificada como um setor bem definido dentro da semântica, e não será simplesmente nela diluída. Um “mundo possível” contribui para a determinação do valor de verdade, em linhas gerais, da seguinte forma: dada uma sentença, se o “mundo possível” ao qual ela se refere se conforma ao que ela “afirma”, então ela é verdadeira; caso contrário ela é falsa. A coisa seria mais inteligível talvez se simplesmente falássemos do “mundo” (conjunto de fatos): dizemos algo de verdadeiro ao enunciar uma certa sentença quando o mundo corresponde ao que dizemos. Por exemplo, a sentença “A terra é esférica” é verdadeira se e somente se a realidade (o “mundo”) é tal que o objeto chamado “terra” tem uma forma esférica. É preciso, porém, complicar as coisas e falar de “mundos possíveis” e não somente do mundo (real) porque podemos enunciar sentenças como “João espera que a terra seja plana”, que não é falsa, apesar do fato de no mundo real a terra não ser plana. Essa sentença não se refere ao mundo real, mas sim a um mundo (possível) compatível com as esperanças de João, e suas condições de verdade dependem da caracterização dessa relação de “compatibilidade com as esperanças de João”, definida sobre o conjunto dos mundos possíveis. Acontece, porém, que nem sempre uma sentença pode ser diretamente associada com algo que ela “afirma” e, portanto, não pode ser encarada como aquilo que, por si só, determina, juntamente com um modelo possível, um valor de verdade. A mesma sentença, utilizada em diferentes contextos de enunciação, pode servir para expressar “afirmações” distintas ou mesmo para não afirmar nada, mas sim interrogar, ordenar, prometer, etc. É preciso, então, primeiro determinar, a partir das informações sobre o contexto ou “ponto de referência” no qual ela é enunciada, aquilo que a sentença expressa (uma “proposição”, por exemplo), para depois poder determinar seu valor de verdade. Tudo isso já nos é familiar: trata-se do fenômeno de “dependência contextual” posto em evidência por Bar-Hillel. O que há de novo no argumento de Stalnaker é o reconhecimento claro de que

é preciso *justificar* a necessidade de teorias separadas: uma a respeito da contribuição do contexto (pragmática) e outra, da dos mundos possíveis (semântica) (9). Seus exemplos, a noção de pressuposição pragmática e a ambiguidade entre uso referencial e atributivo das descrições definidas o constituem a base empírica para tal justificação. Vejamos, muito resumidamente, no que consiste o segundo desses fenômenos, para o qual chamou a atenção, inicialmente, Keith Donnellan (1966).

Consideremos as seguintes sentenças, enunciadas nos contextos descritos entre parênteses:

- (1) Joao de Oliveira é bom de bola (dito sobre um jogador de futebol chamado Joao de Oliveira, por seu melhor amigo).
- (2) O sujeito bem vestido com um calice de vodka na mão e bom de bola (dito por alguém numa festa em que há um só sujeito bem vestido e com um calice de vodka na mão, sujeito esse que é Joao de Oliveira, o jogador de futebol).

No primeiro caso, o nome próprio “Joao de Oliveira” seleciona um certo indivíduo, ao qual é atribuída a propriedade de ser bom de bola. Esta é a proposição expressa pelo enunciado da primeira sentença. Ela será verdadeira se o mundo e tal que o indivíduo selecionado tem a propriedade que lhe é atribuída, e falsa, caso não a tenha. De um modo mais geral, em mundos possíveis em que o jogador de futebol em questão é bom de bola, a proposição será verdadeira, enquanto que em mundos possíveis em que ele não é bom de bola, ela será falsa. Ou seja, a proposição expressa estabelece uma partição no conjunto de mundos possíveis (10). Para determinar qual foi a proposição expressa pelo emprego da sentença, foi preciso saber a que indivíduo se refere o nome próprio “Joao de Oliveira”, informação essa contida na “regra semântica” que une o nome “Joao de Oliveira” a seu referente, o ser humano Joao de Oliveira. Note-se que esta informação é obtida a partir do contexto de enunciação (p. ex., através da suposição de que um amigo *sabe* o nome de seus amigos). A determinação da proposição expressa, mesmo num caso simples como este, já envolve, portanto, um aspecto pragmático. Não é a este aspecto, porém, que vamos nos ater aqui.

Consideremos agora (2). Há duas formas de compreender a situação. A primeira, de forma essencialmente analoga ao caso anterior. Isto é, haveria uma regra semântica que ligaria a descrição definida “o sujeito bem vestido com um cálice de vodka na mão” a seu referente, no caso, Joao de Oliveira. Em linhas gerais a regra geral seria mais ou menos da forma: “o referente de uma descrição definida é aquele indivíduo, no do-

mínio apropriado, que se pressupõe ter a propriedade descrita”. Aplicada a nosso caso, tal regra diria que o referente de “o sujeito bem vestido com um calice de vodka na mão” é aquele e somente aquele indivíduo, no domínio apropriado, que se pressupõe estar bem vestido e ter um calice de vodka na mão. No contexto dado, sabemos que esta regra permite selecionar univocamente como referente a Joao de Oliveira. Note-se que, como no caso anterior, a aplicação da regra depende de informação contextual (especialmente no que se refere à determinação do “domínio apropriado”), isto é, ela comporta um aspecto pragmático. Uma vez determinado, desta forma, o referente da descrição definida, sabemos qual a proposição expressa, que vem a ser exatamente a mesma que a expressa por (1). A esta primeira maneira de encarar as descrições definidas, Donnellan da o nome de “uso referencial” de tais descrições.

Há porém uma outra forma de ver o que se passa. Podemos encarar, como sugeriu Russell, a descrição definida como contribuindo para a própria proposição e não como um simples meio de se determinar qual a proposição expressa. Neste caso, a regra acima mencionada ficaria incorporada à proposição expressa, fazendo parte de suas condições de verdade. A proposição seria algo como “Existe (no domínio relevante) um e apenas um indivíduo bem vestido com um calice de vodka na mão, e tal indivíduo é bom de bola”. Segundo esta interpretação, a que Donnellan chama de “uso atributivo” das descrições definidas, podemos entender qual a proposição expressa mesmo sem saber qual é o indivíduo bem vestido com um calice de vodka na mão, o que não é possível na interpretação referencial. Isto significa que a proposição expressa já não é a mesma que a expressa por (1). Suas condições de verdade são distintas. Lá, tratava-se de, em cada mundo possível, verificar se *um dado indivíduo*, Joao de Oliveira, era bom de bola. Aqui, trata-se de verificar se, em cada mundo possível, há *algum indivíduo* (não necessariamente Joao de Oliveira) que veste-se bem, toma vodka e é bom de bola. Lá a determinação do indivíduo era função do contexto. Aqui, do mundo possível.

O ponto que Stalnaker procura salientar é que essa distinção entre os usos referencial e atributivo, que poderiam ser encarados como “pragmático” e “semântico”, respectivamente, distinção que é geradora de uma ambigüidade importante, fica sem qualquer explicação dentro da pragmático-semântica ou da semântica ampliada à la Montague, que mistura as contribuições do contexto e do mundo possível para a determinação do valor de verdade. Entre outras consequências graves, a não distinção dos dois usos não permitiria, segundo Stalnaker, distinguir as duas interpretações possíveis de sentenças como:

- (3) O sujeito bem vestido com um calice de vodka na mao poderia ter sido outra pessoa.

Se a proposição expressa por esta sentença e que Joao de Oliveira poderia ter sido outra pessoa, ela e falsa (talvez ate contraditoria). Se ela e, porem, interpretada como afirmando que outra pessoa (diferente de Joao de Oliveira) poderia ser quem estava bem vestido com um calice de vodka na mao, ela pode ser verdadeira, o que mostra que e uma proposição bem diferente da anterior. A distinção entre a contribuição do contexto (aspecto pragmatico) e a do mundo possível (aspecto semantico), por sua vez, permitiria dar uma explicação natural para essa ambigüidade, sendo facilmente generalizavel para muitos outros casos, o que justificaria a tese de uma pragmática relativamente autonoma.

Alem desse, ha varios outros tipos de fenomenos que deveriam ser tratados pela teoria pragmática. Em primeiro lugar, grande parte dos trabalhos de classificação e análise dos tipos de atos de fala, dos performativos e problemas relacionados com esses topicos, trabalhos aos quais estao associados nomes como John Austin e John Searle. Sendo tais trabalhos bem conhecidos e de fácil acesso nao e preciso recapitula-los aqui (11).

Dignos de menção especial sao os trabalhos de H.P. Grice. Este autor, especialmente em sua serie de conferencias de 1968 intituladas "Logic and Conversation", que circularam clandestinamente durante varios anos e só agora vêm sendo publicadas peça por peça, chamou a atenção para um conjunto de fenômenos tipicamente pragmaticos, que constituíram sem duvida um dos focos da pesquisa pragmática nos próximos anos. Trata-se de certos princípios tacitos que regem a conversação comum, dotando-se de uma certa "logica" especial, não redutível à logica propriamente dita. Entre tais princípios ou máximas conversacionais, figura por exemplo a "máxima da relevancia", que pode ser resumida na fórmula: "Seja relevante!". Supondo-se que, normalmente, os indivíduos envolvidos em uma conversação respeitam tal máxima, quando um locutor aparentemente viola, e quando não ha qualquer indicação clara de que resolveu mesmo viola-la, seu interlocutor está autorizado a interpretar tal violação como meramente aparente e a buscar uma interpretação "nao literal" do que foi dito, que compatibilize o ato linguístico do locutor com a suposição de que está respeitando a máxima. Esta outra interpretação pode ser deliberadamente veiculada dessa forma pelo locutor. Grice a chama de "implicatura", para distingüí-la de uma "implicação"; enquanto esta última segue-se necessariamente, por força da logica, de uma proposição determinada, a primeira "segue-se" apenas graças à intervenção

de um princípio não lógico, a saber, uma máxima conversacional. Por exemplo, se alguém pede a um professor uma carta de recomendação sobre um ex-aluno seu que se candidatou a um cargo universitário e recebe como resposta comentários elogiosos sobre a caligrafia, a esposa e o automóvel do ex-aluno, o destinatário da carta pode basear-se na aparente violação da máxima de relevância para concluir que a recomendação é negativa — sendo esta conclusão a implicatura veiculada pelo autor do comentário. O estudo dos mecanismos envolvidos em fenômenos desse tipo pertence sem dúvida a pragmática e, através deles, ela se liga a parte da retórica tradicional e da teoria da literatura (para detalhes, ver Grice, 1968; Dascal, 1977). (12)

Merece ainda, uma breve menção uma outra linha de pensamento que está intimamente ligada à temática da pragmática: o estudo *lingüístico* do texto. Se ampliarmos, como já viemos fazendo (cf. nota 3) a noção de “contexto de enunciação” de modo a fazê-la conter também, o que parece natural, o contexto verbal (enunciados anteriores e posteriores) em que se insere o enunciado investigado, será fácil entrever como se liga a pragmática, enquanto investigação de todos os aspectos do “contexto” que influem na interpretação de um enunciado, com o estudo do “texto” (seqüência mais ou menos longa de enunciados). A maior parte das muitas escolas que disputam o privilégio de oferecer a “verdadeira” teoria do texto se concentram ou em aspectos sintáticos e semânticos ou em aspectos “literários”. Queremos porém sugerir que, embora haja sem dúvida vários aspectos da conexão texto-enunciado que são puramente sintáticos ou semânticos e também “literários”, o fundamental nessa conexão — pelo menos do ponto de vista lingüístico — nos parece ser de natureza pragmática. Em particular, as intuições que qualquer falante de uma língua tem sobre a noção de “coerência” de um texto parecem-nos conter uma dimensão pragmática básica, análoga à expressa pelas “máximas conversacionais” no caso da conversação, e não redutível nem à semântica nem à sintaxe. Mas um desenvolvimento desta ideia nos levaria muito além dos limites deste artigo (para detalhes ver van Dijk, 1972, Dascal e Margalit, 1974).

Praticamente a totalidade dos fenômenos lingüísticos mencionados acima dizem respeito ao que poderíamos chamar de “socio-pragmática”, isto é, à teoria do uso da linguagem para fins *comunicativos*. Não há dúvida de que o uso comunicativo da linguagem é extraordinariamente importante, a ponto de alguns o tomarem por essencial e, portanto, definitivo de tudo que vem a ser propriamente “lingüístico” (e mesmo “semiótico”). Parece-nos, porém, que há um outro tipo fundamental de uso da linguagem, que poderia ser imprecisamente descrito como “cog-

nitivo". A linguagem, assim como outros sistemas semióticos, não é apenas um instrumento de comunicação de nossos pensamentos, mas também um instrumento de nosso próprio pensar. O estudo deste tipo de uso da linguagem toma em conta explicitamente seus *usuários*, pertencendo portanto, *de jure*, ao domínio da pragmática. Mas trata-se de um uso em que o usuário não é nem locutor nem ouvinte, mas apenas um "pensante". O Objetivo da pesquisa nesta área é determinar as relações entre as expressões, aquilo que elas designam e as atitudes e processos cognitivos nos quais tomam parte. Tal tipo de pesquisa pode ser adequadamente chamado de "psico-pragmática".

Presentemente, os estudos de psico-pragmática encontram-se em sua fase inicial. Já nos trabalhos de Peirce, sobretudo em sua até hoje pouco compreendida teoria do "interpretante", encontram-se sugestões interessantíssimas a este respeito. Hoje em dia, e na obra de alguns psicolinguistas (como Bever), de uns poucos linguistas (como Chafe) e de vários filósofos da linguagem (como Sellars e Harman) que se encontram outras contribuições incipientes à área. Parece-nos, porém, que se trata de um tipo de pragmática que merecera, pouco a pouco, uma atenção crescente por parte de todos os que se preocupam em descobrir o que há de sistemático e regular por detrás da multiplicidade, aparentemente inesgotável, de usos da linguagem (13).

Referências:

- Alston, W.P.
1964 *Philosophy of Language* (Englewood Cliffs: Prentice-Hall).
- Aspostel, L.
1971 "Further Remarks on the Pragmatics of Natural Languages", in Bar-Hillel (1971a), 1-34.
- Bar-Hillel, Y.
1956* "Indexical Expressions", *Mind* 63, 359-379
1971 "Out of the Pragmatic Wastebasket", *Linguistic Inquiry* 11, 401-407.
1971a (ed.) *Pragmatics of Natural Languages* (Dordrecht: D. Reidel).
- Benveniste, E.
1956* "La Nature des Pronoms" in *Problemes de Linguistique Generale*, (Paris: Gallimard, 1966), 251-257.
- Campbell, R. e Wales, R.
1970 "The Study of Language Acquisition", in J. Lyons (ed.), *New Horizons in Linguistics* (London: Penguin Books), 242-260.
- Carnap, R.
1942 *Introduction to Semantics* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press).
- Dascal, M.
1976 "Levels of Meaning and Moral Discourse", in A. Kasher (ed.), *Language*

- in Focus: Essays in Memory of Yehoshua Bar-Hillel*, (Dordrecht: D. Reidel), 587-625.
- 1977 "Conversational Relevance" *Journal of Pragmatics* 1, 309-328.
- no prelo (Org.) *Fundamentos Metodológicos da Lingüística* (Sao Paulo: Global, 4 vols.).
- a sair "Towards Psycho-pragmatics: a program and some applications".
- Dascal, M. e Margalit, A.
- 1974 "A New "Revolution" in Linguistics? – "Text – Grammars" vs. "Sentence-Grammars", *Theoretical Linguistics* 1, 195-213.
- Davidson, D.
- 1967* "Truth and Meaning", *Synthese* 17, 304-323.
- Dijk, T.A. van
- 1972 *Some Aspects of Text-Grammars* (The Hague/Paris Mouton).
- Donnellan, K.
- 1966 "Reference and Definite Descriptions", *Philosophical Review* 75, 281-304.
- Fodor, J. e Garrett, M.
- 1966 "Some Reflections on Competence and Performance", in Lyons, J. e Wales, R. (eds.), *Psycholinguistic Papers* (Edinburgh: Edinburgh University Press), 135-179.
- Grice, H.P.
- 1968 *Logic and Conversation*, mimeografado.
- Katz, J.J.
- 1966 *The Philosophy of Language* (New York: Harper and Row).
- Lakoff, G.
- 1971* "On Generative Semantics", in D.D. Steinberg e L.A. Jacobovits (eds.), *Semantics – An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology* (Cambridge: Cambridge University Press), 232-296.
- Lewis, D.
- 1972 "General Semantics", in D. Davidson e G. Harman (eds.), *Semantics for Natural Language* (Dordrecht: D. Reidel), 169-218.
- Montague, R.
- 1968 "Pragmatics", in R. Klibansky (ed.), *Contemporary Philosophy* vol. I (Firenze: La Nuova Italia Editrice), 102-122.
- 1970 "English as a Formal Language", in *Linguaggi nella Societa e nella Tecnica* (Milano: Edizioni di Comunita), 189-233.
- Stalnaker, R.
- 1972* "Pragmatics", in D. Davidson e G. Harman (eds.), *Semantics for Natural Language* (Dordrecht: D. Reidel), 380-397.

* Os itens marcados com asterisco estão traduzidos na antologia Dascal (no prelo).

Notas:

1. Ainda sao poucos os lingüistas "profissionais que se ocupam especificamente da pragmatica. A maior parte da pesquisa no campo da pragmatica é reconhecida ainda por nao-lingüistas. Parece-nos altamente fecunda esta cooperacao interdisciplinar. Lamentamos apenas o fato desta situacao refletir a relucida

- tancia por parte dos lingüistas em reconhecer a pertinência da pragmática para a linguística.
- 2 O presente trabalho baseia-se na introdução escrita em 1976 para a parte dedicada à pragmática de uma antologia organizada pelo autor (*Fundamentos Metodológicos da Linguística*, S. Paulo, Global, 4 vols., no prelo). Isto explica as referências por vezes excessivamente resumidas aos textos mencionados, parte dos quais se encontram traduzidos na referida antologia (marcados com um asterisco na lista de referências). Acreditamos que isto não prejudique a compreensão das ideias aqui expostas.
 - 3 Note-se que na tricotomia carnapiana não há um lugar separado para a fonologia e a morfologia, por exemplo. Estas, como dizem respeito, em última análise, as relações de sinais entre si, pertenceriam de direito ao que Carnap chama de “sintaxe”.
 - 4 Evidentemente, não é difícil imaginar um contexto em que a resposta de B a A seria apropriada. A relação de apropriação de um enunciado ao contexto de enunciação é precisamente uma das noções básicas que a pragmática procura estudar, como veremos logo mais. Note-se também que estamos ampliando as sugestões iniciais de Peirce e mesmo a definição de Carnap, ao referir-nos a tudo que diz respeito ao contexto de enunciação (e não somente ao locutor e ao interlocutor) como sendo da alçada da pragmática.
 - 5 Ver, por exemplo, Montagne (1968, 1970) e Lewis (1972). Para discussão dessas propostas, ver Apostel (1971) e Stalnaker (1972).
 - 6 Também a autonomia da sintaxe relativamente à semântica vem sendo grandemente discutida (veja-se, por exemplo, Lakoff, 1971). Se aceitos seus argumentos, implicariam, em conjunto com as sugestões aqui mencionadas, numa dissolução completa da tricotomia carnapiana.
 - 7 Por exemplo, Katz (1966) e Fodor e Garret (1966). Para uma discussão detalhada da inadequação (por omitir aspectos pragmáticos) de certas propostas específicas de Katz, ver Dascal (1976).
 - 8 O fato dessas considerações de Campbell e Wales se encontrarem num artigo dedicado à psicolinguística não deve levar a pensar que eles concebem o estudo da competência como pertencente à psicolinguística. Eles tomam o cuidado de salientar que estão investigando a *aquisição* de tal competência, investigação essa que, ela sim, sem dúvida pertence à psicolinguística.
 - 9 Note-se que a concepção de semântica proposta por Stalnaker — o estudo de entidades abstratas que nada tem a ver com as línguas a saber as proposições — não se coaduna com a definição de Carnap, que fala das relações entre expressões linguísticas e suas designações. Em linhas gerais, Stalnaker, conservando dela apenas os nomes das subdisciplinas.
 - 10 Pode haver mundos possíveis em que não existe o indivíduo designado por “João de Oliveira”. Nesses casos, diríamos que a proposição expressa não pode ser determinada, isto é, que as condições de verdade são indefinidas. Mas estes casos não apresentam problemas especiais para as teses aqui apresentadas.
 - 11 Veja-se, por exemplo, a exposição de alguns aspectos desses trabalhos em Alston (1964), que existe em versão portuguesa.
 - 12 A partir de 1977 vem sendo publicada uma revista especialmente dedicada a pragmática, o *Journal of Pragmatics* no qual o leitor poderá encontrar mais ilustrações para os fenômenos aqui mencionados, assim como propostas teóricas inteiramente novas.
 - 13 Para maiores esclarecimentos, cf. Dascal (a sair).